

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP*

Amílcar Figueira Ferrari

Assessor para Desenvolvimento Institucional da Fundação Cesgranrio. Ele sucedeu a José Pelúcio Ferreira como gestor do Fundo de Desenvolvimento Técnico Científico (FUNTEC) do então Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) (1970-1975), foi Diretor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) quando Pelúcio era o Vice-Presidente (1975-1980), foi Subsecretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro quando Pelúcio era o titular da pasta (1987-1991).

O Fundo

Mesmo considerando as ações sendo desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq, cujo titular, à época, do ponto de vista formal, respondia diretamente ao Presidente da República, pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – CAPES do Ministério da Educação e Cultura – MEC e pelo Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico – FUNTEC, do então Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDE, vinculado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral – MPCG e por outras agências federais, ou talvez até pelo contrário, como consequência dessas ações, percebia-se, no final da década de 1960, a carência de apoio a

“um sistema de pesquisas científicas e tecnológicas que refletisse as necessidades efetivas e potenciais da economia brasileira e que passasse a

* Este texto é, com poucos ajustes, uma transcrição do capítulo homônimo de “José Pelúcio Ferreira e a Pós-Graduação no Brasil”/Amílcar Figueira Ferrari – Brasília – Paralelo 15, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2001.

conduzir o processo de expansão de seu aparelho produtivo sincronizado com a revolução científica e tecnológica”¹,

que se achava em curso.

Para responder a essa percepção, foi criado em 31/07/1969, pelo Decreto-lei nº. 719, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT,

“com a finalidade de dar apoio financeiro aos programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico, notadamente para a implantação do Plano Básico de Desenvolvimento Científico Tecnológico – PBDCT”.

O mesmo Decreto-lei previu que a aplicação dos recursos do fundo obedeceria

“a diretrizes, planos e normas expedidas por um Conselho Diretor, constituído pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, como Presidente, pelo Presidente do CNPq, como Vice-Presidente, pelo Presidente do BNDE e por representantes do MEC, do Ministério das Minas e Energia, do Ministério da Indústria e do Comércio, e de outros setores, públicos e privados, ligados ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional, conforme se dispuser em Decreto”.

o que não chegou a ocorrer. É provável ter sido antevista a dificuldade prática de reunir as autoridades arroladas e, até mesmo, a possibilidade de disputas por financiamentos entre os órgãos governamentais representados.

O Decreto previa ainda que o fundo seria *“dotado de uma Secretaria-Executiva cuja organização e funcionamento”* seriam *“estabelecidos em Regulamento”*, o que só viria a ser possível quase um ano depois, por Decreto que atribuiu à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP essa função.

Exatamente um mês depois da criação do FNDCT, o Governo sofre brusca interrupção. Em face da gravidade do estado de saúde do Marechal Arthur da Costa e Silva, a junta militar constituída pelos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, declarando vagos os cargos de Presidente e de Vice-Presidente da República, assume provisoriamente o poder.

Dois meses depois, a 30 de outubro, toma posse como novo Presidente o General Emílio Garrastazu Médici, que nomeia João Paulo dos Reis Velloso,

¹ Relatório de Atividades – FINEP – 1965 – Junho de 1973.

anteriormente Secretário-Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral – MPCG, para titular desta pasta.

Velloso convida Pelúcio que, àquela altura, já havia transformado as idéias e as operações do FUNTEC em sucesso plenamente reconhecido, para atuar como secretário executivo do FNDCT. Para tal, cedido pelo BNDE, foi nomeado Secretário-Geral Adjunto do MPCG e Coordenador do Núcleo IV – Indústria, Ciência e Tecnologia, Marcos Pereira Vianna, que viria a ser mais tarde Presidente do BNDE, já havia sido nomeado Secretário-Geral.

O local de trabalho de Pelúcio deslocou-se da av. Rio Branco, esquina com Visconde de Inhaúma, onde estava instalado o BNDE, para o 6º andar do Edifício do Ministério da Fazenda, na av. Presidente Antônio Carlos, no Rio de Janeiro.

O espaço físico e as instalações eram acanhados. A equipe disponível, muito pequena, era pouco familiarizada com os assuntos de Ciência e Tecnologia. Para tratar da análise de projetos propriamente dita, Pelúcio recorria ao aconselhamento externo, que foi coordenado por Acher Mosse, doutor em engenharia, cedido informalmente pela Coordenação dos Programas de Pós Graduação em Engenharia – COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde ele acabara de organizar, a pedido de Alberto Luiz Coimbra, criador e diretor daquela coordenação, a COPPETEC como unidade promotora de contratos tecnológicos externos, prática comum nos países desenvolvidos, porém novidade no Brasil, pela qual foi o primeiro responsável. Acher conseguiu que César Gonçalves Neto, então mestrando de Engenharia de Produção, o assistisse, principalmente na adequação formal dos projetos em análise.

Os projetos aprovados para financiamento nessa fase de arrumação inicial de casa, em que o FUNTEC continuava em plena operação, não foram muitos: em 1970, apenas sete, de que foram beneficiários a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, o Ministério da Marinha, a CAPES, a Academia Brasileira de Ciências – ABC, em dois casos, o Centro Técnico Aeroespacial – CTA do Ministério da Aeronáutica. Além de, único caso do Setor de Desenvolvimento Científico e Formação de Recursos Humanos, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ.

Na ausência de mecanismos institucionalizados, optou-se por reunir projetos analisados com parecer favorável em Exposições de Motivos, que o

Ministro de Estado levava à consideração do Presidente da República, cuja aprovação era necessária para conceder os financiamentos nela constantes. Este procedimento foi mantido por vários anos, pelo menos durante todo o período em que Pelúcio esteve à frente do FNDCT ².

Pelúcio pôde obter o concurso de José Walter Bautista Vidal, que havia completado sua gestão à frente da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia da Bahia, no Governo Luiz Vianna Filho e, alguns meses depois, o de Eduardo Rappel, que havia decidido se exonerar da direção do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento, CEPED, daquele mesmo Estado, por dificuldades encontradas no novo Governo. A colaboração deles concentrou-se sobretudo nos assuntos de planejamento.

A empresa

“Embora dispusesse o empresariado nacional de inúmeras fontes financiadores, quer oficiais quer particulares, ressentia-se o mercado de um instrumento de apoio à fase inicial de qualquer empreendimento: o projeto, plano ou programa.

Não é preciso dizer que essa ausência implicava em resultados em grande parte desvantajosos para o setor empresarial, por um lado e, por outro, facilitava a dispersão de recursos em aplicações não passíveis de sucesso ou sem repercussão econômica ou social. Visando a suprir tal lacuna, idealizou o Governo Federal a criação de uma fonte financeira que, através de sua atuação, desenvolvesse as possibilidades então existentes no setor.” ³

É bastante plausível supor que Roberto de Oliveira Campos, Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, tivesse bem presente a importância fundamental do uso adequado do conceito de projeto que ele, uma década atrás, havia introduzido no BNDE. Assim é que, o FINEP – Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas destinado a prover recursos para o financiamento da elaboração de projetos e programas de desenvolvimento econômico foi criado pelo Decreto nº 55.820 de 8 de março de

² Desempenho Operacional – FINEP/FNDCT (1970-1978); Programação Financeira (1979-1981) – Biblioteca da FINEP.

³ Relatório de Atividades – FINEP – 1965 – Junho de 1973.

1965. O Fundo tinha natureza contábil, constituindo uma conta gráfica no BNDE e coordenado por uma Junta, cujo Secretário Executivo dirigia seu Escritório dentro do Gabinete do Ministro.

“A inexistência de personalidade jurídica, exigindo a atuação do fundo exclusivamente através de Agentes Financeiros, tornava suas operações morosas e difíceis. Isto se agravou mais ainda quando, através do Decreto nº. 56.835 de 3 de setembro de 1965, que constituiu o FUNAGRI, foi o FUNDO absorvido e transformado em uma subconta do Fundo Geral para Agricultura e Indústria, sob a gestão do Banco Central do Brasil. Em decorrência de uma série de diplomas legais como o Decreto-lei nº.200 (art.91), de 25/02/67, Decreto-lei nº.298, de 28/02/67 e Decreto nº.61.056 de 24/07/67, foi constituída a empresa pública FINANCIADORA DE ESTUDOS DE PROJETOS S/A – FINEP, que absorveu as funções do FUNDO, podendo atuar com mais desembaraço e eficiência no setor específico de suas atribuições.

... atuou a Empresa no mercado de consultoria de projetos, tendo em mira sempre prestigiar a engenharia nacional, influenciando, através de sua direção, a criação de normas legais de proteção e estímulo a esse campo de atividade, ao mesmo tempo em que procurava disciplinar os custos e qualidade dos serviços.

...dedicou sua atuação básica ao financiamento, diretamente ou através de seus agentes, de programas, projetos ou estudos considerados prioritários, seja no âmbito federal, estadual, municipal ou privado.

Entretanto, esta faixa de atuação da Empresa era considerada acanhada para as potencialidades que sua estrutura permitia explorar.⁴ ”

A 15 de março de 1971, mantendo sua posição de Secretário Geral Adjunto do MPCG, Pelúcio foi nomeado Presidente da FINEP, em substituição a Francisco Manoel de Mello Franco, primeiro titular da empresa, a cuja frente esteve desde sua constituição em 1967 e que assumia funções elevadas de assessoramento no Governo do Estado da Guanabara. Para Vice-Presidente, em substituição a Joaquim Francisco de Carvalho, foi nomeado a 31 do mesmo mês Alexandre Henriques Leal Filho, que havia trabalhado com Pelúcio no BNDE.

⁴ Relatório de Atividades – FINEP – 1965 – Junho de 1973

Pelúcio levou também para a FINEP, já no começo de 1972, Clélia da Silveira Muniz, a quem conhecia bem do BNDE, onde, embora não pertencente aos quadros do Banco, trabalhava no lá instalado escritório da COPERBO – Companhia Pernambucana de Borracha Sintética.

Alexandre como Vice-Presidente e Clélia de início assessora, depois Chefe do Departamento de Administração e, a partir da instalação da Diretoria colegiada em 1975, como Chefe de Gabinete, acompanharam Pelúcio até o final do Governo Geisel, em 15 de março de 1979.

Três meses depois de Pelúcio assumir sua Presidência, pelo Decreto nº. 68.748, de 15 de junho de 1971, que também alterou o nome da empresa de Financiadora de Estudos de Projetos para Financiadora de Estudos e Projetos, a FINEP passou a exercer as funções de Secretaria Executiva do FNDCT.

“A idéia básica não era simplesmente a de estender ainda mais a ação financiadora da FINEP, mas sim a de conferir a esta ação uma racionalidade funcional mais ampla e eficaz, pelas razões abaixo enumeradas:

1º. Um determinado projeto poderia receber o suporte financeiro da FINEP em toda e qualquer de suas fases, ou seja: pesquisa básica – pesquisa aplicada – desenvolvimento experimental – estudo da viabilidade econômica – engenharia final.

2º. A continuidade da seqüência “pesquisa – empreendimento” estaria assegurada. O pesquisador teria um horizonte mais amplo para os resultados de sua pesquisa e o empresário investidor depositaria maior confiança nos produtos da pesquisa.

3º. A ligação “pesquisa – empreendimento” seria mais reforçada com a introdução de um outro elo na cadeia: a consultoria. À FINEP e às firmas de consultoria caberia o papel de meio difusor e amplificador de tecnologia.”⁵

Na formação de sua equipe, Pelúcio procurou recrutar técnicos de duas camadas, que ele via como complementares. Uma delas, integrada por pessoas mais jovens, porém já tendo feito cursos de Pós-Graduação ou que tivessem interesse em fazê-los no futuro; a outra, de profissionais que, além de muito bem formados tecnicamente, tivessem experiência profissional desenvolvida em ambiente de qualidade.

⁵ Relatório de Atividades – FINEP – 1965 – Junho de 1973.

Nesta última, Pelúcio, tendo acompanhado no BNDE os úteis aportes trazidos por Oficiais da reserva do Exército, formados pelo Instituto Militar de Engenharia, recorreu a eles. Vieram inicialmente os Coronéis Romeu Diniz de Carvalho e Leonel Martins Ney da Silva. Depois, ao longo do tempo, os Generais Renato Paiva Rio; Aristóbulo Codevilla Rocha; os Coronéis Ary Barbosa Kahl, Hélio Pinto Guedes e Carlos Antônio Lopes Pereira.

Na primeira, Wilson Nogueira Rodriguez, engenheiro, mestre por Stanford, que tinha trabalhado com Pelúcio no BNDE; Bruno Luiz Ribeiro da Silveira, advogado, com Pós-Graduação em Harvard; Fábio Celso de Macedo Soares Guimarães, engenheiro; Frederico Barros Barreto, engenheiro. Logo após, Luiz Fernando Salgado Candiota, engenheiro, mestre por Houston, do Centro Técnico Científico – CTC da PUC/RJ; Fábio Stefano Erber, economista, também do BNDE; Paulo Roberto Krahe, doutor em engenharia metalúrgica, que regressava da França; além do Vice-Presidente Alexandre, engenheiro, mestre por Stanford. Paulo Gustavo Migon, economista, Joaquim Loureiro, advogado, e vários outros, que já estavam na FINEP desde a administração anterior, continuaram na Empresa.

Eram todos, os acima citados, e outros de mesmo gabarito, que foram sendo recrutados, assessores do Presidente, que a eles entregava tarefas específicas segundo suas habilitações, cujo conhecimento Pelúcio permanentemente aprofundava. A Empresa funcionou assim nos seus primeiros tempos. Depois, com o volume de trabalho crescendo, foram sendo organizados grupos setoriais como de Agricultura e Abastecimento, Administração e Gerência, Comunicações, Desenvolvimento Urbano e Regional, Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Energia, Indústria, Saúde e Saneamento e Transportes, cada um com sua chefia.

Em casos especiais, a FINEP contratava consultores externos. Walter Mannheimer, doutor em engenharia metalúrgica, cedido pela COPPE, foi consultor de tempo integral por quase um ano.

José Israel Vargas relatou-me que, já de regresso à Universidade Federal de Minas Gerais, depois dos seis anos em que estivera na Universidade de Grenoble, França, como professor-visitante, recebeu um telefonema de Pelúcio propondo uma reunião. Acertaram o horário para o dia em que Vargas teria de vir ao Rio por outra razão.

Antes de ir à FINEP, Vargas atendeu ao outro compromisso, que era com Walter Moreira Salles. Lá, foi convidado para ser assessor direto, incumbido de,

tendo em vista os avanços que se verificavam no exterior, examinar e acompanhar os fatores tecnológicos pertinentes que pudessem aumentar a produtividade nas empresas do Grupo Moreira Salles. As condições de trabalho oferecidas eram assaz vantajosas, mesmo assim Vargas ficou de pensar, para responder em breve.

Conheciam-se apenas de nome e de referências. Só na FINEP vieram a se ver frente a frente. Pelúcio discorreu sobre as idéias que ele tinha em mente e pediu a colaboração de Vargas, que aquiesceu, talvez por polidez, em assessorar a empresa no que ele pudesse, mas com a condição de não ser remunerado. Foi-lhe explicado que a legislação não permitia isso. Trocaram idéias gerais para se comunicarem no futuro e, já de pé, começavam a se despedir, quando ocorreu a Vargas perguntar quem tinha sugerido o nome dele. Ao saber ter sido Celso Furtado, Vargas voltou a se sentar e a conversa continuou em termos mais concretos.

Para assombro e alguma decepção de familiares e amigos muito próximos, Vargas aceitou ser consultor da FINEP, residente em Belo Horizonte. Seu primeiro trabalho foi a condução de um estudo sobre os insumos, especialmente sobre os não ferrosos, constantes da pauta de importações, indicando os casos em que, promovidos os necessários desenvolvimentos tecnológicos, que seriam explicitados, pudessem vir a ser produzidos no País. O estudo foi levado a termo e seus resultados foram de utilidade para orientar as prioridades de alguns programas da FINEP. A associação entre os dois, iniciada ali, ora mais próxima, ora mais distante, conforme as circunstâncias de trabalho de cada um, nunca se desfez e levou à amizade que até hoje perdura.

A FINEP estava instalada no Edifício Aliança da Bahia, na rua Anfilófilo de Carvalho, muito próxima ao Edifício do Ministério da Fazenda, onde Pelúcio mantinha seu gabinete de Secretário Geral Adjunto do MPCG. O espaço era adequado para as finalidades anteriores da Empresa, mas não compatível com as tarefas exigidas pela Secretaria Executiva do FNDCT. Cerca de um ano depois, ainda no primeiro semestre de 1972, a FINEP mudou-se para a av. Presidente Vargas, esquina com rua Miguel Couto, onde Pelúcio se sentia bem, porque era perto do BNDE. O alívio foi grande mas, com o crescimento da Empresa, durou pouco, apenas o primeiro ano do contrato de locação. Alexandre, conseguiu convencer um relutante Pelúcio, que se preocupava com as despesas decorrentes, a mudar a FINEP, em 1973, para o Edifício do Clube de Engenharia,

na av. Rio Branco, esquina com rua Sete de Setembro, onde a Empresa permaneceu por cerca de duas décadas.

Reflexo do crescimento da Empresa é a evolução do seu quadro de servidores. De 30 empregados, no final de 1971, chegou, por incrementos bastante harmônicos, a 500, no final de 1978. Ao longo de todo o percurso, o equilíbrio entre o número de técnicos de nível superior e o número de funcionários de apoio administrativo, praticamente meio a meio, foi mantido.

Em junho de 1972, foi celebrado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a FINEP contrato de empréstimo de US\$10 milhões. Pelúcio foi o grande artífice desse que veio a ser o primeiro empréstimo do BID na área de ciência e tecnologia. Fui testemunha, porque chamado a participar tanto aqui quanto em Washington, das dificuldades, que por vezes pareciam insuperáveis, nas negociações conduzidas, dada a inexperiência daquele Banco no assunto. É inesquecível, numa das muitas missões que enviaram ao Brasil, a tentativa de um economista do BID de exigir uma correlação entre a construção do novo prédio do Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA e o crescimento do PIB *per capita* do Brasil. Foi o profundo conhecimento de Pelúcio da importância da ciência e tecnologia no desenvolvimento econômico e social e a sua tenacidade que levaram os entendimentos a um desfecho favorável. O empréstimo tornou-se um modelo para o BID, que o reproduziu depois com outros países do continente, e até para o Banco Mundial, cuja primeira operação com ciência e tecnologia veio a se concretizar alguns anos mais tarde com a Espanha.

O Estatuto da FINEP, aprovado pelo Decreto nº. 71.133 de 21 de setembro de 1972, atribuiu a um Conselho Diretor de seis membros, composto pelo Presidente, o Vice-Presidente e representantes do Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA, do Banco Central, do BNDE e do Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI, a deliberação sobre a orientação geral das atividades da empresa e a fixação de prioridades.

“Em 1975, a FINEP passou por profundas modificações iniciadas com a alteração dos seus estatutos, aprovados pelo Decreto nº. 75.472, de 12 de março de 1975, que instituiu uma Diretoria Executiva composta pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e por quatro Diretores. Em decorrência, procedeu-se à distribuição de atribuições entre os Diretores, efetivando-se na

estrutura da FINEP as necessárias alterações organizacionais. Tais mudanças permitiram a adequação da Empresa às suas necessidades atuais e previstas para futuro próximo.

A criação da nova Diretoria foi induzida pelo próprio crescimento da Empresa, que tinha no seu Presidente e Vice-Presidente a concentração de responsabilidade pelas decisões, ficando, portanto, intensamente absorvidos com as operações de colaboração financeira. Desse modo, os novos Estatutos consagram o princípio de direção colegiada e propiciam a cada Diretor administrar uma parcela das diversas atividades da Empresa, quer sejam de apoio quer operacionais, a par da contribuição ao planejamento do desenvolvimento da FINEP.

Tendo em vista a complexidade e o acelerado ritmo de desenvolvimento de suas atividades, tornou-se indispensável que a empresa dispusesse de estrutura flexível capaz de promover adaptações sempre que se faça mister. Assim sendo, a nova estrutura básica foi fundamentada em programas, todos eles decorrentes da necessidade atual e das características próprias da Empresa. Assim, por exemplo, no transcurso de 1975, a FINEP procurou reforçar e ampliar suas características de banco de desenvolvimento científico e tecnológico, apoiando e financiando desde a pesquisa básica até o processo de engenharia final.

Das demais alterações promovidas pelo novo instrumento vale destacar a capacitação da FINEP: a) na participação do capital social de empresas, como de colaboração financeira; b) em assumir a responsabilidade de elaborar, direta ou indiretamente, estudos e projetos considerados prioritários, negociando com grupos ou entidades o aproveitamento dos resultados; c) na busca da efetiva implementação de resultados advindos de projetos e estudos já financiados, inclusive utilizando-se das características descritas nos itens a e b anteriores.”⁶

Este Estatuto introduziu o Conselho da FINEP, com responsabilidades, embora mais detalhadas, não muito diferentes das do Conselho Diretor anterior, e composição muito parecida. Apenas o representante do CDI foi substituído pelo representante do Ministério da Indústria e do Comércio.

Foram nomeados Diretores, a partir de junho, tendo ficado nos cargos até

⁶ Relatório de Atividades –FINEP– 1975.

o fim da gestão de Pelúcio: Fábio Celso de Macedo Soares Guimarães, funcionário da casa, que no Governo Sarney viria a ser Presidente da Empresa, e Wilson Nogueira Rodriguez, que havia trabalhado com Pelúcio no BNDE, embora tivesse se afastado do Banco, fazia alguns anos. Também a partir de junho, Bruno Luiz Ribeiro da Silveira, que exerceu o cargo até novembro de 1976, quando foi substituído por Mário Brockman Machado, que no futuro Governo Sarney viria a ser Vice-Presidente, e Paulo Roberto Krahe, que ficou no cargo até abril de 1977, quando se afastou para assumir Diretoria no CNPq, sendo substituído por Cid Salgado de Almeida, que havia trabalhado com Pelúcio no BNDE.

A 9 de outubro daquele ano, pelo Decreto nº. 76.409, foi determinado

“que as empresas públicas e sociedades de economia mista federais, bem como suas subsidiárias, que sejam usuárias ou adquirentes de bens de capital, organização, em caráter permanente, Núcleos de Articulação com a Indústria (NAI) com o encargo de promover, na compra de equipamentos, a preferência pelos de desenvolvimento e fabricação nacional” e criando “para afins de coordenação da atuação dos NAI, a Comissão Coordenadora dos Núcleos de Articulação com a Indústria – CCNAI”,

integrada por representantes do CDI, como Presidente, da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A – CACEX, da Mecânica Brasileira S/A – EMBRAMEC e da FINEP, como Secretaria Executiva.

Esse papel foi ativamente desempenhado pela FINEP, formando e consolidando Grupos de Trabalho com vistas à nacionalização e padronização de equipamentos e componentes para viabilizar a produção interna em setores como os de material metro-ferroviário, instrumentação de processo, siderurgia e energia elétrica. Ao final de 1978, os NAI já somavam 113, contra apenas 88 em 1977.⁷

O sistema e os planos básicos

O Decreto nº. 70.553, de 17 de maio de 1972, determinou que as atividades na área da Ciência e Tecnologia fossem organizadas sob a forma de sistema, o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – SNDCT. Embora o CNPq fosse designado Órgão Central do Sistema, uma

⁷ Relatório de Atividades – FINEP – 1978.

série de responsabilidades, especialmente nos aspectos econômico-financeiros, foram atribuídas ao MPCG. A letra do Decreto, portanto, podia levar a conflitos de competência. Pelúcio, já então Presidente da FINEP, era desde 1970, membro do Conselho Deliberativo do CNPq, como representante do MPCG. As personalidades dele, do Presidente do CNPq, General Arthur Mascarenhas Façanha, e do seu Vice-Presidente, Maurício Matos Peixoto, de quem Pelúcio havia anteriormente se tornado amigo, envidaram esforços para que tais conflitos não aflorassem ou tivessem repercussão abrandada. Os financiamentos que a FINEP, como Secretaria Executiva do FNDCT, já vinha concedendo ao CNPq e seus institutos, devem ter também contribuído para a superação de diferenças.

O I PBDCT foi aprovado pelo Decreto nº. 72.527 de julho de 1973 para o período de 1973 – 1974. O II PBDCT, já com o CNPq transformado em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico,⁸ para o qual Pelúcio tinha sido nomeado Vice-Presidente,⁹ vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, sucessora do MPCG, foi aprovado pelo Decreto nº. 77.355 de março de 1976.

Rappel, que coordenou as equipes responsáveis pelos planos, descreve como os fatos ocorreram:

“Desde o final dos anos 1960 que documentos governamentais vinham fazendo referências a um plano de ciência e tecnologia o qual, no entanto, só veio a ter sua elaboração explicitada como meta da política no setor, em 1971, quando da edição do I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, relativo ao período 1972-74.

Elaborado em boa parte pela equipe do Núcleo IV – Indústria, Ciência e Tecnologia, do MPCG, coordenado por Pelúcio, o I PND, no capítulo sobre política científica e tecnológica, previa a montagem do PBDCT, ao lado de outras medidas relacionadas com o fortalecimento da infra-estrutura de ciência e tecnologia: a operação de um sistema financeiro para o desenvolvimento tecnológico; o revigoramento da carreira de pesquisador; a implantação do sistema de informação científica e tecnológica; a integração Indústria-Universidade; a modernização das instituições de pesquisa e a reestruturação do CNPq.

⁸ Lei nº. 6.129, de 6 de novembro de 1974.

⁹ Decreto de 17 de fevereiro de 1975.

O propósito do governo era promover a criação de um sistema nacional de ciência e tecnologia que proporcionasse os meios para implantar e operar eficientemente uma economia industrial moderna e dinâmica. Haveria, pois, que se estabelecer uma orientação para o desenvolvimento científico e tecnológico, segundo uma perspectiva coerente com a evolução da economia, a médio e longo prazos, com apoio de instrumentos institucionais, administrativos e financeiros adequados, e traduzida em programas e projetos com objetivos pertinentes e de conveniência assegurada. Daí ter surgido a necessidade de um plano de ciência e tecnologia que expressasse as intenções e realizações do governo, com o propósito de orientar a atividade da comunidade científica, buscando integrá-la ou, pelo menos, compatibilizá-la com o modelo econômico adotado.

O Decreto de maio de 1972, que estabeleceu o SNDCT, atribuiu ao MPCG competência para preparar a proposta do PBDCT, em articulação com o CNPq e organizou as ações na área de ciência e tecnologia sob a forma de sistema, do qual deveriam fazer parte todas as unidades organizacionais de qualquer grau que utilizassem recursos governamentais para realizar atividades de planejamento, supervisão, coordenação, estímulo, execução ou controle de pesquisas científicas e tecnológicas. A atuação integrada do sistema assim concebido seria objeto de um instrumento de previsão, orientação e coordenação, o PBDCT, que teria como esquema financeiro um orçamento – programa trienal, revisto e complementado a cada ano. O acompanhamento da execução dos programas, projetos e atividades decorrentes do PBDCT seria da responsabilidade do CNPq. Assim é que, em meados de 1972, tiveram início os trabalhos de elaboração do I PBDCT, centralizados na FINEP, já então presidida por Pelúcio e que, desde junho de 1971, fora designada Secretaria Executiva FNDCT.

Logo de início, a elaboração do PBDCT encontrou dois grandes obstáculos. O primeiro devia-se ao fato de que o universo das organizações que compunham o recém-criado SNDCT era, então, pouco conhecido. No âmbito da FINEP e do CNPq, o conhecimento estava limitado às instituições que tradicionalmente exerciam atividades no setor, como o Instituto Nacional de Tecnologia – INT, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT de São Paulo, e o Centro Técnico Aeroespacial – CTA, e àquelas cujos projetos de

implantação vinham sendo apoiados financeiramente pelo FNDCT, a exemplo do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – CEPED da Bahia e Centro Tecnológico – CETEC de Minas Gerais e de algumas universidades que criaram cursos de Pós-Graduação. O segundo obstáculo era a exigüidade do tempo disponível para preparar a proposta do Plano, uma vez que a decisão de prepará-lo foi tomada com atraso de pelo menos um ano. Ou seja, no segundo semestre de 1972 havia que se preparar um plano de ação setorial para um governo que terminaria em 1974. Daí o I PBDCT ter nascido falho, isto é, apesar da legislação estabelecer que o Plano teria um orçamento trienal, o I PBDCT abrangeu apenas o biênio 1973/1974.

A delimitação do universo a ser considerado para efeito do Plano foi feita através de coleta de dados e informações nos ministérios, solicitando-se a cada um que preparasse a respectiva proposta setorial, consistindo de diretrizes políticas, metas, programas e projetos prioritários, atividades e orçamento.

A equipe responsável pela preparação do PBDCT, coordenada por Pelúcio, era constituída por três técnicos da FINEP em tempo integral e cinco consultores setoriais, em tempo parcial, especialmente convidados e cedidos pela comunidade acadêmica.

Inicialmente, a idéia da equipe era propor um plano de ação resultante da agregação e compatibilização dos esforços que se programavam nos diversos escalões setoriais do governo, consideradas as premissas básicas da política de desenvolvimento econômico definidas no PND. Para tanto, precisava-se saber o que se fazia, onde, quem, quanto se gastava e quem financiava.

As informações sobre projetos e atividades serviriam, pois, de base para a devida interpretação das ações desenvolvidas no sistema de ciência e tecnologia. A partir daí se buscava detectar as imprecisões, duplicações e falhas existentes, de modo a encaminhar correções e ajustes necessários à otimização do sistema, em função das metas políticas estabelecidas pelo governo.

Mas, durante a execução dos trabalhos, houve instruções diretas do Ministro para que a proposta do Plano se constituísse basicamente de uma listagem não exaustiva de projetos prioritários, com indicação de objetivos e entidades executoras, e de um orçamento global, com identificação das fontes e usos dos recursos. Assim, o I PBDCT passou a ser um plano meio desvirtuado,

sem explicitação de estratégias e diretrizes de políticas setoriais.

No final de um trabalhoso, difícil mas imaginoso processo de seleção de quais seriam os projetos prioritários e de alocações e cortes de recursos, chegou-se a uma proposta à qual posteriormente foi anexado um capítulo de política de ciência e tecnologia. Estava pronto o I PBDCT, que divulgar a ciência e a tecnologia como fatores fundamentais de desenvolvimento econômico e social do País.

Outro grande mérito do I PBDCT foi proporcionar amplo levantamento e conhecimento do universo científico e tecnológico brasileiro, das atividades envolvidas, dos programas, projetos e atividades em curso e, ainda, de quanto se despendia no setor. Passou-se a dispor de uma fotografia da realidade representada pelas atividades da comunidade de ciência e tecnologia, num dado momento. Caberia, então, ao governo a tarefa de procurar reorientar as diversas ações do sistema, de modo a eliminar ou, pelo menos, reduzir o estado de desorganização detectado.

Era o que se esperava que viesse a ser feito através do acompanhamento da execução do I PBDCT, ou quando da elaboração do II PBDCT. No entanto, o acompanhamento limitou-se a uma coleta de informações sobre o desempenho dos projetos e atividades realizados em 1973. A mudança de governo federal no início de 1974, as transformações por que passou o CNPq, os trabalhos de preparação do II PND e, logo a seguir, do II PBDCT prejudicaram a análise e avaliação das informações coletadas, bem como provocaram a suspensão da atividade de acompanhamento.

A elaboração do II PBDCT, por sua vez, representava uma oportunidade de se corrigirem as falhas metodológicas e as imprecisões do primeiro Plano. Depois de uma série de estudos envolvendo inclusive o exame de experiências similares em outros países e organizações (Plano da Índia; trabalhos da OCDE¹⁰ e UNESCO¹¹), procurando-se interpretar a metodologia mais adequada ao planejamento da ciência e da tecnologia no Brasil, sem necessidade de se alterar a legislação, propôs-se ao novo governo que o PBDCT contivesse duas partes distintas, mas integradas. A primeira parte seria indicativa dos propósitos políticos do governo quanto ao setor, de forma a orientar as ações (programas,

¹⁰ Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (Europa Ocidental, EUA, Canadá e Japão).

¹¹ Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

projetos e atividades) a serem desenvolvidas. Consistiria, pois, de uma declaração dos objetivos, diretrizes e estratégias da política de desenvolvimento científico e tecnológico, das grandes prioridades e metas setoriais, dos programas setoriais prioritários e da estimativa global dos dispêndios previstos, abrangendo todo o quinquênio 1975/79. A outra parte detalharia as ações programadas no plano dos projetos e atividades – em função das diretrizes e metas identificadas na primeira parte –, abrangendo um período de três anos, e respectivo orçamento-programa.

A cada ano esta parte do PBDCT seria revista e ajustada, sendo acrescentadas as previsões para mais um ano. Pretendia-se, com esse modelo metodológico, evitar que o PBDCT, ao ser aprovado mediante Decreto presidencial, se tornasse um documento rígido e estático, perdendo as principais características de um plano como instrumento de ação: flexibilidade e dinamismo. Ficaria portanto assegurada a possibilidade de se proceder à reorientação das ações do sistema, à medida que fossem detectadas falhas e inadequações, através do acompanhamento do Plano. Com a mesma periodicidade se verificariam e divulgariam os resultados advindos de sua execução e das modificações e ajustes introduzidos, fossem a redistribuição ou concentração de recursos financeiros, a criação de mecanismos institucionais ou as repercussões de um projeto sobre os demais.

Montou-se um grande esquema de trabalho para a preparação do II PBDCT, sob a supervisão do Conselho Científico e Tecnológico do CNPq, envolvendo grande parte dos pesquisadores integrantes dos Comitês Assessores do CNPq, além de vários técnicos da FINEP. Mais uma vez, a coordenação dos trabalhos coube a Pelúcio, na qualidade de Presidente da FINEP e Vice-Presidente do CNPq. Alguns ministérios, que já tinham seus sistemas setoriais de ciência e tecnologia estruturados, a exemplo do Ministério da Indústria e Comércio, da Saúde, das Minas e Energia, também tiveram uma participação importante na elaboração do II PBDCT. O interesse político e as expectativas da comunidade em participar da preparação do Plano eram muito grandes, em decorrência do impacto causado pela publicação do I PBDCT. Entretanto, devido a uma série de razões de ordem tanto política quanto operacional, a metodologia de elaboração do II PBDCT seguiu basicamente os moldes do anterior, embora

com uma inovação: antecedendo a listagem dos projetos e atividades de cada área, apresentou-se um esboço de política setorial, formulado a posteriori, expondo objetivos e metas, de forma a justificar a seleção das prioridades.

A estrutura rígida do II PBDCT e a metodologia adotada na sua elaboração prejudicaram, da mesma forma como ocorreu com seu antecessor, a correção das distorções e falhas detectadas durante o acompanhamento, fossem de natureza quantitativa ou qualitativa, perdendo-se a oportunidade de se construir um instrumento de previsão, orientação, coordenação e avaliação da atuação integrada do sistema nacional de ciência e tecnologia.”

O grupo de pesquisa

“Este Grupo, criado em 1972 na FINEP em razão principal da incumbência do exercício da Secretaria Executiva do FNDCT”, teve, “como finalidade principal, a realização de estudos que” orientassem “a aplicação dos recursos da Empresa e os do FNDCT, em novos programas na área de Ciência e Tecnologia.”¹²

Fábio Stefano Erber, organizador e primeiro coordenador do Grupo, abordando o tema de uma perspectiva ampla, recentemente expressou-se sobre o que se passou:

“Uma das facetas do apoio de Pelúcio às atividades de pesquisa no País foi a institucionalização desse tipo de atividades no interior das organizações que dirigiu.

Sua preocupação com o tema estava baseada na percepção de que era importante para os aparelhos de Estado contarem com fontes próprias de informação e análise para melhor elaborar, monitorar e modificar as políticas públicas de que estavam encarregados. A contratação de outras instituições, acadêmicas e de consultoria, não substituiu o conhecimento decorrente da realização de pesquisas intra-muros.

Provavelmente, a longa experiência de Pelúcio no Departamento Econômico do BNDE, dedicado a estudos econômicos setoriais e regionais,

¹² Relatório de Atividades – FINEP – 1965 – Junho de 1973.

foi importante para esta percepção. A forte presença no Rio de Janeiro de órgãos federais dedicados à pesquisa, como o IPEA e o IBGE, também vinculados ao MPCG, provavelmente reforçou sua orientação.

Da mesma forma, a vivência de Pelúcio no BNDE mostrou-lhe os problemas envolvidos na convivência, na mesma instituição, de departamentos operacionais e de pesquisa, cujos prazos e requisitos de informação são distintos. Pelúcio sempre teve presente que subordinar a área de pesquisa às áreas operacionais significava transformar a primeira em assessoria da segunda, acabando por eliminar as atividades de pesquisa propriamente ditas. Esta segunda percepção levou-o a dar forma institucional específica às atividades de pesquisa intra-muros, a proteger essas atividades contra as demandas por assessoria imediata advindas das áreas operacionais e dar aos gestores da pesquisa o tempo e as condições necessárias para a realização de seus trabalhos.

Particpei diretamente de duas iniciativas de Pelúcio visando institucionalizar atividades de pesquisas no âmbito do Estado: o Grupo de Pesquisas da FINEP, do qual fui o organizador e Coordenador de 1971 a 1974, e o Instituto de Estudos de Política Científica e Tecnológica do CNPq, em 1978, que não vingou. As duas iniciativas são brevemente descritas a seguir. A participação de Pelúcio na criação do atual Instituto de Economia da UFRJ merece mais destaque do que lhe dei no texto, mas detalhá-la iria além do meu propósito, que se concentra nas pesquisas feitas intra-muros governamentais.

A primeira experiência que Pelúcio fez no sentido de estabelecer atividades de pesquisa orientadas para a política científica e tecnológica ocorreu em 1971, por intermédio da constituição de um Grupo de Pesquisas – GPq no âmbito do Ministério do Planejamento, onde era Secretário Geral Adjunto. Por motivos administrativos (por exemplo, a contratação de pessoal), esse Grupo foi transferido para a FINEP em 1972, onde existiu até 1980.

Cabe notar que no início da década de setenta, os temas de política científica e tecnológica não eram explorados pela comunidade acadêmica. Na área governamental, o IPEA tinha recém-concluído três estudos pioneiros sobre a transferência de tecnologia e atividades dos institutos de

pesquisa tecnológica,¹³ mas não manifestou interesse em dar continuidade a essa linha de trabalho. Mesmo na área internacional, a literatura sobre esses temas ainda era incipiente.

Ou seja, o GPq veio a ocupar um campo em que a tradição de pesquisa no Brasil era muito limitada.¹⁴ A isto associou-se a juventude dos seus membros e sua limitada experiência acadêmica.¹⁵ Visto em retrospecto, Pelúcio era um “tomador de riscos”.

Em sua primeira fase, de 1971 a 1974, o GPq concentrou suas atividades em projetos que tinham forte proximidade com as prioridades da política econômica do período, como o desenvolvimento tecnológico da indústria de bens de capital e da indústria petroquímica e a demanda das empresas estatais por equipamentos e serviços tecnológicos. Composto por uma equipe multidisciplinar, em que havia economistas, sociólogos e um engenheiro, desenvolveu métodos de pesquisa qualitativos apropriados a esses temas e inseriu-se na comunidade internacional, participando de projetos de pesquisa multinacionais.

Entre 1975 e 1978, sob a direção de José Tavares de Araújo Jr. e, no fim do período, de Marcelo de Paiva Abreu, o GPq abriu substancialmente o leque de pesquisas e recrutou diversos pesquisadores seniores, como Luciano Martins, Maria da Conceição Tavares e Simon Schwartzman, que realizaram importantes projetos sobre a burocracia brasileira, a organização da indústria nacional e a evolução da comunidade científica no País, além de dar continuidade aos estudos setoriais, a exemplo das indústrias farmacêutica e de alimentos.

A partir de 1979, o afastamento de Pelúcio da FINEP coincidiu com a saída de vários técnicos sênior do GPq. Parte destes técnicos foi, junto com Pelúcio, montar o programa de Pós-Graduação e Pesquisa da Faculdade de Economia da UFRJ, que, a seguir ganhou personalidade específica como o Instituto de Economia Industrial.¹⁶ Pelúcio teve importante participação neste processo, tendo sido o Vice-Diretor do Instituto, até afastar-se para dedicar-se à Fundação Leonel Franca da PUC/RJ.

¹³ “Política Científica e Tecnológica no Brasil: uma Revisão da Literatura” em J. Sayad (org.), *Resenhas de Economia Brasileira*, Edição Saraiva, São Paulo, 1979.

¹⁴ Vários técnicos que participaram dos estudos do IPEA vieram, mais tarde, a trabalhar no GPq.

¹⁵ Apenas o Coordenador do Grupo tinha concluído o Mestrado.

¹⁶ Atualmente, Instituto de Economia da UFRJ.

Em 1980, com a nova mudança na direção da FINEP, o GPq foi extinto. Foge aos meus propósitos aqui avaliar plenamente os resultados obtidos pelo GPq, mas cabe ressaltar que, entre eles, destacam-se: Uma robusta produção acadêmica; Legitimar e ajudar a consolidação da área de pesquisa em ciência e tecnologia na academia; Importantes contribuições para a política científica e tecnológica do País, como a concepção e avaliação de programas de apoio; Formar quadros técnicos, parte dos quais permaneceu na FINEP e outra parte foi trabalhar na academia e no setor público federal e estadual.

Em 1978, Pelúcio era Vice-Presidente do CNPq, além de Presidente da FINEP. Aproximando-se o fim do Governo Geisel, resolveu tentar uma institucionalização das atividades de pesquisa em política científica e tecnológica mais ambiciosa, estabelecendo um Instituto com esse fim junto ao CNPq. Uma proposta de constituição do referido Instituto foi elaborada por Candiota e por mim, sendo submetida ao Conselho. No entanto, dissensões internas impediram que fosse implementada antes do fim do Governo. A administração subsequente do CNPq abandonou a proposta. Na segunda metade dos anos oitenta, a idéia foi retomada no MCT, mas teve curta duração.”

Tavares de Araújo Jr, que sucedeu a Erber na coordenação do Grupo, continua:

“Quando o Pelúcio era Presidente da FINEP, eu trabalhei no Grupo de Pesquisas – GPq de março de 1972 a dezembro de 1977, inicialmente como técnico e, a partir do final de 1974, como coordenador. Cheguei lá com 27 anos, recém-saído do Mestrado da Fundação Getúlio Vargas, onde havia estudado por dois anos sob a orientação do Mário Henrique Simonsen. Ao conhecer o Pelúcio, chamou-me a atenção um traço de sua personalidade em comum com a de Simonsen: a mistura de argúcia e humor com que ambos expressavam seus pontos de vista.

Naquele momento, o GPq estava iniciando suas atividades sob a direção de Fábio Erber, e nosso primeiro projeto intitulava-se “Criação e Absorção de Tecnologia na Indústria de Bens de Capital”. A inexperiência da equipe formada por cinco membros: Fábio, eu, Sérgio Alves, que era engenheiro, e o único com algum conhecimento prévio sobre a indústria de

bens de capital; e duas estudantes de sociologia, Leonídia Gomes dos Reis e Miriam Redinger, foi amplamente compensada pela clareza de Pelúcio quanto aos objetivos daquela pesquisa. Aprendemos com ele que a indústria de bens de capital constituía um dos focos prioritários da política de ciência e tecnologia, porque nela seriam incorporados, em grande parte, os conhecimentos gerados na universidade e centros de pesquisa e que, posteriormente, seriam retransmitidos ao resto da economia sob a forma de inovações tecnológicas. Portanto, aquela indústria continha a chave do dinamismo da economia e nós precisávamos descobrir os obstáculos que naquele momento estavam limitando o crescimento da produção de máquinas no Brasil.

Nos meses seguintes, Sérgio Alves e eu visitamos os principais fabricantes de equipamentos do País, munidos de um longo questionário que aplicávamos aos dirigentes da empresa durante várias horas, além de passar o resto do dia percorrendo as instalações da empresa. Muitas vezes as entrevistas foram marcadas pelo próprio Pelúcio, que queria estar seguro de que seríamos recebidos pelo presidente da empresa. Assim, tivemos a oportunidade de conhecer Cláudio Bardella, Einar Kok, Luís Eulálio Vidigal, Paulo Villares e vários outros. A cada duas ou três semanas, nos reuníamos na FINEP com Pelúcio, Alexandre e Erber para fazer um sumário das entrevistas realizadas no período. Em 1973, publicamos um pequeno livro descrevendo os resultados da pesquisa.

Durante seis anos, Pelúcio acompanhou de perto os trabalhos que fizemos no GPq. Discutíamos com ele os termos de referência de cada projeto, informávamos sobre o andamento e sempre aguardávamos a sua opinião antes de distribuir o relatório. Até meados dos anos 1970, nós éramos, talvez, o único grupo de economistas e cientistas sociais dedicados aos temas de ciência e tecnologia no Brasil. Diversidade, qualidade da equipe e curiosidade em relação ao que estava ocorrendo no resto do mundo foram três características que Pelúcio sempre buscou conferir ao GPq. Aos trinta anos, eu coordenava uma equipe que contava, dentre outros, com Antônio Barros de Castro, Graça Salgado, Eduardo Augusto Guimarães, Jacob Frenkel, José Alberto Reis, Leane Naidin, Luciano Martins, Maria da Conceição Tavares, Maria Fernanda Gadelha, Maria Helena Poppe de

Figueiredo, Mario Possas, Luís Otávio Façanha, Ricardo Bielschowsky, Ricardo Tolipan, Sérgio Abranches, Simon Schwartzman, Sulamis Dain e Vera Maria Pereira. No final de 1977, passei a supervisão do GPq ao Marcelo de Paiva Abreu e fui fazer um curso de Doutorado na Universidade de Londres.”

Formação de quadros dirigentes

Em 1973, a SEPLAN fixou a estratégia de execução do Programa Nacional de Treinamento de Executivos – PNTE, cuja criação representou o “reconhecimento, por parte do Governo Brasileiro, da importância da qualificação profissional, em nível gerencial com vistas ao esforço de modernização da empresa como um dos meios de acelerar o processo de desenvolvimento auto-sustentável do País”¹⁷.

A FINEP iniciou sua participação na implementação do PNTE, financiando três cursos de Mestrado em Administração: UFRJ/COPPE, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – FGV.

O Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA havia iniciado em 1971, com o apoio do FNDCT, um programa com o objetivo de aumentar, em qualidade e quantidade, o número de planejadores e administradores para o desenvolvimento tecnológico pretendido para o País, desenvolvido na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. César Gonçalves Neto, da COPPE, e outros quatro, dois de São Paulo, um de Minas Gerais e um do Rio Grande do Sul, cursaram o Mestrado, especialmente delineado naquela universidade e, em seguida, cada um fez um estágio de cerca de seis meses em instituições de pesquisas e desenvolvimento diferentes, regressando ao País em 1972.

“Em continuidade ao programa do IPEA e visando institucionalizar no Brasil a formação e treinamento de pessoal destinado a institutos de tecnologia em nível de gerente de pesquisas e desenvolvimento, procurou a FINEP conhecer a experiência de outros países nessa área específica de formação.

Contratou para esse fim, em final de 1972, os serviços da firma

¹⁷ Relatório de Atividades – FINEP – 1975.

consultora Arthur D. Little do Brasil que, além desse trabalho indicativo, se propunha a adequar às condições brasileiras um programa com essa finalidade, desenvolvendo inclusive currículo de cursos para esse treinamento e formação especializada.

Os trabalhos iniciados em 1973 abrangem três fases distintas:

a) levantamentos preliminares, em âmbito internacional e desenvolvimento de currículos alternativos adequados às condições nacionais;

b) discussão crítica com instituições nacionais, seus administradores e pesquisadores, visando a adequar um modelo curricular mínimo às finalidades procuradas;

c) Análise, alterações e adequações finais, destinadas a estabelecer o plano de implementação do que seria o programa de treinamento e formação de gerentes em pesquisa e desenvolvimento.”¹⁸

Naquele mesmo ano, a FINEP iniciou o Programa de Treinamento em Administração de Pesquisas Científicas e Tecnológicas – PROTAP, com o objetivo principal de complementar a formação profissional dos administradores do setor científico e tecnológico do País.

Tipicamente, o programa funcionava por módulos semanais, em regime de internato, de modo a permitir que seus participantes pudessem se afastar de suas funções por períodos toleráveis.

Dos programas que ali tiveram início e que se seguiram por muitos anos, participavam, em média, 25 técnicos de alto nível, pertencentes a instituições públicas e privadas do País, enquanto que o corpo docente contava com a presença de professores e especialistas internacionais.

Waldimir Pirró e Longo, que mais tarde, de 1984 a 1985, viria a ser Vice-Presidente da FINEP, participou da primeira turma, assim descrevendo a experiência:

“Recebi uma carta de Pelúcio convidando-me para integrar a primeira turma do então criado PROTAP. Recebi-a como uma ordem, pois tinha a consciência de que eu e outros colegas, jovens pesquisadores, estávamos, por força das circunstâncias, administrando grandes grupos ou mesmo instituições de pesquisa apoiados pelo FNDCT, sem experiência e sem um treinamento

¹⁸ Relatório de Atividades – FINEP – 1965 – junho de 1973.

formal para gerenciar tais empreendimentos. Certamente Pelúcio havia percebido isto.

O treinamento, conduzido pela consultora Arthur D. Little, foi realizado em três meses ao longo de um ano, em sistema de clausura em hotel situado em Nova Friburgo. Tal treinamento mudou totalmente minha cultura e percepção acerca da ciência e da tecnologia, do seu papel no mundo moderno, sua relação com o poder nacional, suas conseqüências sociais e, também, sobre como organizar e gerenciar pesquisas e desenvolvimentos experimentais. Lembro-me ainda das aulas do inesquecível Jorge Sabato, da Argentina, do patriota e competente Kurt Politzer, de Sérgio Campos Trindade, José Walter Bautista Vidal e de diretores dos centros de pesquisa da Sony, da Phillips e da Arthur D. Little, Donald Schon.

Pelúcio com freqüência acompanhava os professores. Nessas ocasiões pude privar da sua companhia e ouvir suas opiniões, fazendo crescer em mim o respeito pela sua maneira de conduzir suas ações e palavras, sempre positivo e, de certa maneira, no estilo “low profile”. Para mim, era um homem muito importante que se comportava como se ignorasse tal fato.

De certa maneira, o treinamento mexeu com a minha cabeça e mudou o rumo da minha carreira profissional. A partir dele, exercitei os conhecimentos recebidos em diversas funções de chefia e meu interesse profissional ficou dividido entre a metalurgia e a política e gestão de ciência e tecnologia. Paulatinamente, passei a publicar trabalhos sobre o último assunto, comecei a ser requisitado como conferencista, como consultor, acabei dando aulas no PROTAP e, finalmente, em 1988, já na reserva do Exército e professor da Universidade Federal Fluminense – UFF, transferi-me do departamento de ciência dos materiais para o departamento de engenharia de produção, onde leciono na graduação e na Pós-Graduação disciplinas relacionadas com política e gestão de Ciência e Tecnologia.”

“De 1974 a 1978 foram treinados, nos diversos ramos da administração de pesquisas científicas e tecnológicas, cerca de 720 técnicos por intermédio de 64 seminários e reuniões de trabalho. Foram também concedidas 20 bolsas de estudo para especialização no exterior com vistas a criar um quadro de instrutores para os cursos do PROTAP, bem como para as universidades brasileiras. Neste quadriênio, mais de 90 técnicos de 15 países da América Latina e do Caribe

*participaram de eventos do Programa. Cerca de 36 instrutores e consultores estrangeiros foram contratados para colaborar com o PROTAP”.*¹⁹

Da pesquisa, ao desenvolvimento e até o produto

De 1964 até 1979, foram quinze anos em que Pelúcio esteve em posições de nítida importância nos assuntos de desenvolvimento científico e tecnológico – fato raro na administração pública, não apenas no Brasil. Isto permitiu que seu trabalho pudesse ser apreciado em alguns casos, em todo o espectro convencional do assunto, isto é, desde a pesquisa, passando pelo desenvolvimento, até a materialização do produto.

Ele, aliás, desde o início pretendeu que a FINEP fosse capaz de dar seu apoio a projetos meritórios, cobrindo toda a sua amplitude, da concepção à realização. Isto foi conseguido plenamente como pode ser observado em casos concretos.

Marcos Luís dos Mares-Guia recordou recentemente um deles, que ele chamou de *Efeito Pelúcio*.

“No início de 1966, cerca de dois anos após ter eu retornado dos Estados Unidos com um doutoramento em bioquímica e estar ativamente engajado em pesquisa em enzimologia no Departamento de Bioquímica, UFMG, numa manhã, entrou no meu laboratório um senhor de terno, bem vestido de óculos, que me disse: ‘Sou do BNDE e estou visitando laboratórios onde há pesquisa para verificar como poderá o Banco vir a ajudá-los com recursos’.

Levei-o a Carlos R. Diniz, Chefe do Departamento de Bioquímica, e conversamos sobre as possibilidades. Meses depois, tínhamos em mãos um projeto aprovado, FUNTEC-66, que permitiu modernizar os laboratórios inteiramente, em termos de equipamentos e materiais. Isso foi uma das bases do projeto de Pós-Graduação, que germinava naqueles dias, e que foi apresentado à Reitoria no ano seguinte.

Visitas por pessoal do BNDE, como essa, ocorreram em praticamente todos os centros universitários onde se realizava pesquisa com potencial de desenvolvimento tecnológico, o que criou uma alavancagem de qualidade

¹⁹ Relatório de Atividades – FINEP – 1978.

em todo o País. A relação com o BNDE continuou nos anos seguintes, levando a um segundo projeto, FUNTEC-69, de maior amplitude.

A compreensão de Pelúcio de que não haveria possibilidade de real desenvolvimento tecnológico sem uma base científica forte era transparente nessas ações do BNDE, que continuaram nas da FINEP.

Anos mais tarde, criamos a Bioquímica do Brasil S.A. – Biobrás, para o que muito contribuiu a modernização do Departamento de Bioquímica da UFMG, onde a idéia da empresa germinou desde 1968-1969. A Biobrás iniciou operações de produção de enzimas para as indústrias de alimentos e farmacêutica em 1976 e, logo em seguida, vimos a oportunidade de pesquisa e desenvolvimento na área de aproveitamento de resíduos celulósicos para produção de etanol, com ênfase especial no bagaço de cana. Eram os anos do projeto do álcool combustível.

Organizamos um projeto bem costurado e o apresentamos à FINEP, com solicitação de financiamento. O projeto foi analisado e, um dia, recebemos um convite para reunião com o Presidente e diretores. A posição tomada pela FINEP nessa reunião foi um choque para a diretoria da Biobrás. Foi-nos proposto que a FINEP entrasse como sócia no projeto, com recursos de risco, e não como financiadora apenas.

A leitura era simples: a FINEP concluíra que o projeto era muito importante, no mínimo como uma demonstração do que se poderia fazer, que o grupo tinha competência mas não tinha recursos suficientes, e que o apoio com recursos de risco seria a forma de ter o projeto realizado.

Não havia dúvida de que a visão clara e corajosa de Pelúcio era a base dessa decisão inovadora por parte da FINEP.

O projeto Bioferm, como se chamava, foi montado. Construiu-se uma planta piloto, que entrou em operação em 1977-1978, e iniciou-se uma eletrizante atividade de pesquisa que culminou com o desenvolvimento de cepas autoprodutoras de celuloses. A Bioferm desenvolveu tecnologia na escala piloto para conversão de bagaço em etanol, com uso de celuloses e outras enzimas produzidas na sua planta-piloto. Uma análise econômica do projeto global feita anos mais tarde indicou sucesso técnico mas insucesso no retorno econômico, devido à alta demanda de energia e ao custo do bagaço, que se tornara quase uma commodity.

A experiência da Bioferm foi a base que permitiu à Biobrás trabalhar na produção de proteínas recombinantes, como a insulina humana, para cujo desenvolvimento tecnológico muito contribuíram os financiamentos da FINEP. A tecnologia foi desenvolvida e completada em um período de cerca de 8 anos, uma primeira patente ampla foi obtida nos Estados Unidos em 1999 e, em 2000, a Biobrás recebeu o Prêmio FINEP de Desenvolvimento Tecnológico, por estes trabalhos e realizações. Hoje, a empresa planeja uma fábrica de insulina recombinante, de porte para atender mercados significativos.

Não resta dúvida de que a inteligência privilegiada, a visão de alcance longo e a coragem de tomar decisões complexas, características marcantes de Pelúcio, foram fatores impulsionadores de progresso no Brasil, demonstrados, neste caso, no micro-ambiente de uma empresa inovadora e que contou com essa inteligência entre seus apoiadores.

Creio que isso resume o que penso sobre o Efeito-Pelúcio no desenvolvimento da pesquisa e Pós-Graduação no Brasil e nos negócios da Biobrás, que se fundamentaram em desenvolvimento tecnológico próprio.”

Ozires Silva, tendo presente que, desde 1966, isto é, três anos antes da criação da Embraer, o FUNTEC iniciou seu apoio ao CTA, do Ministério da Aeronáutica, por intermédio do Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA e do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento – IPD, recentemente recordou outro caso:

“É com muito prazer, e cheio de reconhecimento, que volto atrás para relembrar os encontros – foram muitos – e discussões que tive com meu admirado amigo Pelúcio. Eu o conheci no final da década dos 1960 quando, do meu lado, lutava pelo desenvolvimento da construção aeronáutica no Brasil. Ele, estudioso e aplicado, esmerava-se em tentar produzir meios e processos para o Governo Federal estruturar e manter mecanismos de apoio às pesquisas científicas e tecnológicas no País.

Essas discussões continuaram quando ele assumiu a Presidência da FINEP em 1971. A marca do seu trabalho criativo e empreendedor resiste até hoje, para alegria de seus amigos. Lembro-me de quando busquei o apoio da FINEP em 1976, propondo a ele o projeto e o desenvolvimento do avião de treinamento militar – Tucano – que tanto sucesso na atualidade

faz no mercado militar mundial. A Embraer estava dando seus primeiros passos e, na tentativa de atender futuras necessidades da Força Aérea Brasileira – FAB, pretendia desenvolver o Projeto. Como se sabe, o avião é uma máquina complexa. É sofisticada e amplamente aborda tópicos do mais alto nível tecnológico. Isto resulta em dois problemas básicos, entre outros. Necessita de uma apreciável quantidade de diferentes especialistas e requer de 4 a 5 anos para gerar um novo produto. A FAB relutava em aceitar a idéia, pois considerava a experiência da Embraer insuficiente para desenvolver um avião de treinamento militar que apresentasse as qualidades operacionais e de vôo requeridas. Falei com o Pelúcio e, apesar de quebrarmos algumas regras de procedimentos da FINEP, pudemos assinar um acordo de financiamento que, embora pequeno, pois cobria apenas 10% do projeto, deu-nos a cobertura política. Em conseqüência, o Estado-Maior da FAB aceitou que, existindo um protótipo, faria sua avaliação técnica, dando-nos o aval que precisávamos junto a outras Forças Aéreas. O resultado foi de enorme sucesso. Hoje, o Tucano, com mais de 600 aviões vendidos a 12 Forças Aéreas, inclusive da Grã-Bretanha e da França, deu origem à sua nova versão, o Super Tucano, com promissor sucesso, neste novo século. Assim era como agia nosso amigo Pelúcio, empreendedor e criativo, acreditando em pessoas e em idéias.

Fico contente em dar este testemunho sobre um grande brasileiro que, na sua brilhante trajetória, soube criar e apostar no futuro, oferecendo inúmeras oportunidades a pessoas que, hoje beneficiadas, sabem o quanto dele receberam.”

Linhas de atuação

De modo simplificado, pode-se dizer que as linhas de atuação da FINEP eram:

Apio a Usuários de Serviços de Consultoria – AUSC, linha mestra desde a criação da Empresa, destinada a financiar a realização de estudos e projetos de desenvolvimento econômico e social;

Apio à Consultoria Nacional – ACN, atribuída à FINEP em 1973 pela Portaria nº. 26, de 30 de abril do MPCG, destinada a financiar a implantação, o

desenvolvimento e a capacitação de empresas de consultoria, quando as existentes não podiam responder bem às demandas dos usuários da linha precedente;

Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional – ADTEN, destinado a financiar projetos de desenvolvimento tecnológico de interesse manifesto ou em potencial da empresa nacional, cuja criação, pela sua importância e pioneirismo e também para que fosse possível se beneficiar de recursos do FNDCT, justificou a EM nº. 252, de 31 de agosto de 1976, exposição de motivos específica que mereceu a aprovação do Presidente da República.

FNDCT, destinado a financiar os programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico compreendidos nos objetivos do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT. O quadro abaixo mostra, no período indicado, o volume de financiamentos de cada uma dessas linhas.

Desembolsos Efetuados por Programa²⁰ (R\$1.000,00 – Dez. 2000)

Ano	FNDCT	FINEP			Totais	Totais Gerais
		ACN	AUSC	ADTEN		
1970	86.537		8.325		8.325	94.862
1971	139.389		20.908		20.908	160.297
1972	217.602		26.262		26.262	243.864
1973	316.637	4.735	177.706	657	183.098	499.735
1974	416.928	23.819	148.947	6.891	179.657	596.585
1975	439.076	49.992	250.689	23.152	323.833	762.909
1976	434.637	20.497	338.713	120.514	479.724	914.361
1977	451.718	21.622	129.226	131.410	282.258	733.976
1978	496.705	11.944	214.954	145.281	372.179	868.884
1979	406.702	10.637	168.639	131.658	310.931	717.633
Totais	3.405.951	143.243	1.484.369	559.563	2.187.175	5.593.106

²⁰ Dados atualizados para dezembro de 2000, da Tabela IV, Capítulo 3, de “O Financiamento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico: Atuação da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (1967-1987)” – Tese de Mestrado de Luís Martins de Melo, aprovada em Maio de 1988 – IEI/UFRJ.

Especificamente sobre o fundo, em “Atuação do FNDCT no Período 1970/76”, publicado pela FINEP, estão relacionadas as operações aprovadas segundo os grandes setores do PBDCT e respectivos subsetores. No setor Desenvolvimento de Novas Tecnologias, os subsetores Energia Nuclear, Atividades Espaciais, Recursos do Mar e Fontes e Formas não convencionais de Energia. No setor Tecnologia de Infra-estrutura, o subsetor Transportes. No setor Tecnologia Industrial, o subsetor Infra-estrutura e Projetos Específicos. No setor Desenvolvimento da Agropecuária, os subsetores Tecnologia Agropecuária, Recursos Florestais e Recursos Pesqueiros. No setor Tecnologia Aplicada ao Desenvolvimento Regional e Social, os subsetores Programas Regionais Integrados, Meio Ambiente, Saúde, Alimentação e Nutrição e Tecnologia Educacional e o setor Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional, além do setor Desenvolvimento Científico e Formação de Recursos Humanos.

Com relação a este último setor, é importante frisar que a FINEP, como secretaria executiva do FNDCT, transferia recursos em volumes consideráveis para financiar programas do CNPq, da CAPES e, a partir da transformação do BNDE de autarquia federal para empresa pública, também para o FUNTEC. A propósito deste, aliás, é indispensável notar que houve, no período 1970-1975, quando o FUNTEC foi extinto, uma informal, porém efetiva, divisão da clientela, basicamente a mesma, entre os dois fundos. Assim, para que se tenha um panorama mais abrangente do financiamento da Pós-Graduação naquele lustro, é imprescindível combinar as ações simultâneas dos dois.

Ainda neste mesmo setor é relevante que se sublinhe que transferências foram feitas desde 1970 para a Academia Brasileira de Ciências – ABC, o que pôde dar impulso renovado àquela importante casa da ciência brasileira.

Transferências também de porte considerável, ainda que, como as demais, sempre resultantes de análises de projetos, eram feitas para outros setores do PBDCT, tais como Desenvolvimento de Novas Tecnologias. No Subsetor Energia Nuclear para a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN e para a NUCLEBRÁS, no Subsetor Atividades Espaciais, para o INPE, então vinculado ao CNPq, para o CTA do Ministério da Aeronáutica, para a Diretoria de Pesquisa e Ensino Técnico do Exército, e para as Diretorias de Ensino e de Administração do Ministério da Marinha, no Subsetor Recursos do Mar, para

o Instituto de Pesquisas da Marinha – IPqM e para a Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha. No Subsetor Transportes, para órgãos dos Ministérios da Aeronáutica, da Indústria e do Comércio, dos Transportes e da Marinha, no Sub-setor: Infra-estrutura e Projetos Específicos, para órgãos do Ministério da Marinha, da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia, do Exército e para Governos Estaduais como os da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e, ainda, para empresas estatais como a Usiminas e Digibrás e para empresas privadas como a Sociedade Educacional Tupy.

Analogamente, transferências também eram feitas para os setores de Tecnologia de Infra-estrutura, Tecnologia Industrial, Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional, Desenvolvimento da Agropecuária e Tecnologia Aplicada no Desenvolvimento Regional e Social.

Em alguns desses setores, transferências de recursos do FNDCT também eram feitas para a própria FINEP. É exemplo o Programa de Pesquisa Histórica e Sócio-Econômica sobre o Papel da Ciência e Tecnologia no Desenvolvimento Nacional, criação e administração do já citado ADTEN, Fontes e Formas não Convencionais de Energia.

Por esses mecanismos, a FINEP apoiou de forma vigorosa os Institutos de Pesquisa e Desenvolvimento dos Governos Estaduais como o CEPED da Bahia e o CETEC de Minas Gerais e também os Institutos Setoriais do Governo Federal de diferentes Ministérios, como o INMETRO e a EMBRAPA, cabendo destacar, pelo volume de recursos envolvidos, o IMPA, do qual foi financiada a compra do terreno na Estrada Dona Castorina e pelo menos 70% do custo das edificações.

Também nas Ciências Sociais e nas Humanidades a FINEP foi atuante, notadamente a partir de 1975, quando foi autorizada pela E.M. 202, de 29 de julho, a instituir o Programa de Apoio à Cultura – Procultura, de que foram os primeiros beneficiários, com financiamentos substanciais, o Arquivo Nacional e o Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas. Mais tarde, outras instituições, entre elas o IUPERJ, a Casa de Rui Barbosa, o Museu do Homem da UFMG e a Fundação João Pinheiro foram apoiadas.

Anteriormente ao Procultura, havia sido financiada, em torno de 1974, a empresa de Marcus Pereira, especialmente concebida para produzir discos

de música brasileira que não interessavam às gravadoras estabelecidas. Os produtos obtidos incluíram um mapa da música regional brasileira e os discos “Flauta, Violão e Cavaquinho” e ainda músicas de Ernesto Nazareth, executadas por Arthur Moreira Lima. Foi também financiado o Museu da Imagem do Inconsciente, que tornou conhecido o grande trabalho de Nise da Silveira. O Projeto Portinari, que visava organizar um catálogo completo e documentado da obra do grande pintor, foi financiado mais tarde.

○ personagem

Pelúcio sempre conduziu a Empresa desprovido de quaisquer preconceitos. As referências que ele considerava eram apenas os objetivos a atingir, a qualidade do projeto e a capacitação dos que se propunham a conduzi-lo. Na sua longa gestão de nove anos à frente do FNDCT e da FINEP, foram financiadas instituições públicas e privadas, grandes e pequenas, civis e militares.

Longo, recentemente recordou-se de que conheceu

“José Pelúcio Ferreira em 1971, ao regressar ao Brasil, após concluir o Doutorado na Universidade da Flórida. No posto de major, havia eu recém assumido a chefia da Seção de Engenharia e Ciência dos Materiais do Instituto Militar de Engenharia – IME, onde havia a idéia de se criar um Centro de Pesquisa em Materiais – CPM, dotado de equipamentos modernos e pessoal qualificado que, paralelamente, além de trabalhar em pesquisas de interesse do Exército e prestar serviços técnicos, funcionaria como suporte à Pós-Graduação. Todos os equipamentos pertenceriam ao Centro que, em adição aos docentes, contaria com pessoal próprio inteiramente dedicado à pesquisa.

Na ocasião, a grande fonte de recursos para a pesquisa e a Pós-Graduação era o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, que já vinha apoiando, decididamente, a implantação dos programas de Mestrado e de Doutorado no IME. Assim, elaborou-se um projeto para solicitar recursos do FNDCT, tendo eu sido indicado para entregá-lo, pessoalmente, ao presidente da FINEP.

Marcada a audiência, lá fui eu, devidamente fardado, para a avenida Rio Branco, 124 - 13º andar. Depois de pouca espera, entrei preocupado no gabinete do, já famoso para mim, Pelúcio. E aí, uma surpresa! Ao invés de

encontrar um tipo impressionante de tecnocrata federal, frio, superior, senhor do seu poder e, seguramente, de fala solta e arrogante, tinha diante de mim exatamente o oposto! Um cidadão de pequena estatura, sério, de jeito tímido, a olhar para mim, em pé, por detrás de grossas lentes dos seus óculos. Era de pouco falar. Após sentarmos, ouviu minha argumentação, pacientemente, com o olhar demonstrando simpatia e muito interesse. A reunião durou pouco. Ele mandou protocolar o projeto e despediu-se dizendo que eu aguardasse uma resposta. Não acenou com um sim, nem com um não. Saí realmente impressionado com aquele cidadão tão afável. Esse, então, era o importante Pelúcio? Confesso que havia gostado dele.

O projeto do CPM foi aprovado, assim como tantos outros do IME, mudando, em consequência, significativamente a trajetória do Instituto e daqueles que lá labutavam, esperançosos de disporem de meios adequados para contribuir para o desenvolvimento nacional e para a plena realização profissional.”

Como regra, cada Ministério Civil tinha a sua Divisão de Segurança e Informação – DSI e seu chefe, normalmente, um Oficial-General da reserva, quase sempre do exército, respondia, na hierarquia, ao Ministro da pasta, mas se relacionava também diretamente ao Serviço Nacional de Informações – SNI, cujo titular era Ministro de Estado.

As organizações da administração indireta, autarquias, fundações e empresas tinham, cada uma, a sua Assessoria de Segurança e Informação – ASI, onde o esquema se reproduzia. O Chefe de Assessoria respondia, na hierarquia, ao titular da organização, porém relacionava-se diretamente com o Chefe da DSI do Ministério. O arranjo permitia que os ministros e os titulares das respectivas organizações vinculadas, se desejassem, ficassem livres dos problemas que viessem a aparecer nos assuntos de segurança. Caso fosse vedada a participação de um pesquisador num congresso no exterior, ou impedida uma contratação, ou até uma demissão fosse recomendada, ele, se quisesse, sempre poderia dizer que eram assuntos que escapavam à sua área de competência.

Só recentemente vim a saber, por intermédio de Alexandre e Clélia, porque a FINEP nunca teve ASI. Pelúcio havia proposto à autoridade competente, que a ele mesmo, o Presidente, fossem atribuídas todas as responsabilidades naqueles assuntos. E conseguira argumentos convincentes para obter concordância.

A FINEP, quando julgava que os projetos apresentados tinham mérito, financiava-os, independentemente da simpatia que a Instituição pudesse gozar, ou não, do regime. Tal foi o caso, para citar um exemplo, dos projetos do Centro Brasileiro de Análises e Planejamento – CEBRAP. E quando, para compor suas equipes, verificava que determinado talento estava disponível, após as considerações, pelas quais Pelúcio tinha de assumir responsabilidade plena, o indivíduo era contratado. Do depoimento de Maria da Conceição Tavares, publicado em 1987 no opúsculo “FINEP – Vinte Anos”, reproduzo:

“Minha vinda para a FINEP se deu num momento muito difícil: o do fechamento político no regime autoritário, entre 1971 e 77, quando a instituição desempenhou um papel muito importante. Com as universidades carentes de apoio político, a FINEP não se limitou ao auxílio institucional. Criou, dentro da própria casa, grupos de pesquisa que davam suporte às suas atividades básicas de promoção da tecnologia e realizavam trabalhos. A FINEP foi o órgão do governo que, por sua isenção e pela visão de estadista de seu presidente, José Pelúcio Ferreira, apoiou pesquisas na área social, permitindo que um grupo de cientistas do setor, mal visto pelo regime – inclusive penalizado – trabalhasse em projetos de crítica à própria natureza do Estado brasileiro”.

E Simon Schwartzman, conclui:

“Trabalhei com Pelúcio no final dos anos 1970, sociólogo no meio de tecnólogos, engenheiros, economistas e administradores, ajudando a abrir as áreas de cultura e ciências sociais da FINEP, e desenvolvendo um amplo estudo sobre a história social das ciências no Brasil. Nem todos entendiam o que eu fazia (talvez nem eu mesmo), mas o apoio e a confiança de Pelúcio era uma referência firme e constante, e com isto todas as idéias e possibilidades poderiam ser testadas e experimentadas.

Lembro de Pelúcio como mineiro que era, não só de fato, mas sobretudo de alma. Do melhor de Minas havia herdado as convicções nacionalistas, a crença de que o Brasil precisava desenvolver suas próprias competências e fazer o melhor uso de seus recursos. Do melhor de Minas havia herdado também o espírito de homem público, a dedicação à causa que o empolgara, a do desenvolvimento da ciência e da tecnologia nacionais. Estas convicções, no entanto, não faziam dele um homem formal, rígido, e muito menos

autoritário. Quem entrasse na sala da Presidência da FINEP naqueles anos encontraria sempre uma conversa descontraída, sem fim, cheia de casos e anedotas, com muito humor e muito riso. Os participantes, quase sempre, eram cientistas, empresários, homens de governo, técnicos da própria FINEP. Pela informalidade era como Pelúcio conhecia as pessoas, criava vínculos pessoais e decidia em quem confiava e com quem gostaria de trabalhar. Como quem não quer nada, as informações fluíam, os juízos eram formados, as decisões tomadas.

A informalidade no estilo estava associada a uma preocupação absoluta com os resultados e um total desinteresse pelas formalidades e as burocracias. As decisões eram feitas ouvindo quem mais entendesse de cada tema, os recursos eram entregues a quem tinha capacidade de agir e mostrar resultados e arranjos institucionais e financeiros eram inventados e reinventados a cada momento, conforme o que fosse mais útil e eficiente. Havia um clima e uma sensação de que nada era impossível, sempre haveria recursos e formas de levar à frente projetos e idéias novas e promissoras.

Pelúcio não se afastava de seus valores e princípios, mas não era um ideólogo. Buscava a competência e a inteligência onde estivessem, entre civis e militares, conservadores e esquerdistas, homens públicos e empresários. Ele parecia conhecer todo mundo, descrevia em detalhe projetos em áreas técnicas complicadas e tinha amigos em todos os círculos. Esta abertura de espírito e falta de sectarismo permitia que ele convivesse e fosse bem aceito em todas partes, e conseguisse fazer da FINEP uma instituição que espalhava esperança em tempos ainda tão difíceis do regime militar brasileiro.

Para quem conviveu com Pelúcio naqueles anos, e conheceu a FINEP que ele havia criado, foi uma experiência e uma lição de vida extraordinárias.”

O resultado

Pelúcio demonstrou extraordinária competência e habilidade em reunir talentos de origem variada, não apenas de formação tecnológica e das ciências naturais, porém, trazendo também a inserção das ciências sociais e humanas, à época, freqüentemente, menos consideradas nos chamados meios científicos. O resultado foi esplêndido.

Ao final de sua administração, Pelúcio deixou para seus sucessores uma Empresa com ampla cobertura nacional. Além do pequeno escritório que a FINEP havia estabelecido em São Paulo, gerenciado por Gerson Edson Ferreira Filho, que viria a ser Presidente da Empresa de 1980 a 1983, dispunha, como agentes financeiros para o AUSC, do Banco da Amazônia, Banco do Nordeste do Brasil, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul, Bancos dos Estados de Pernambuco e Alagoas e Bancos de Desenvolvimento dos Estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, e Goiás; e para o ADTEN, do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul, Banco do Estado de Pernambuco e Bancos de Desenvolvimento dos Estados da Bahia, de Minas Gerais, do Paraná, e de São Paulo. Dispunha também de três Agentes Técnicos: o Centro Técnico Aeroespacial, o Centro de Estudos Tecnológicos de Minas Gerais e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, para análise e fomento de projetos e programas em suas respectivas áreas e para consultoria especializada em projetos específicos. Na Bahia, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento havia firmado convênio de assistência técnica com o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, quando do credenciamento deste como agente financeiro do ADTEN.

A empresa estava habilitada a apoiar todos os estágios da pesquisa, desde a fundamental, passando pela aplicada, chegando ao desenvolvimento experimental e, indo mais além, para cobrir também o financiamento de protótipos e novos produtos e processos, quando necessários, precedidos pelos pertinentes estudos de viabilidade. Ela financiava, no que tange a áreas do conhecimento, as ciências da natureza, as engenharias, as ciências da saúde, a agricultura e as ciências sociais e humanas.

Para tal, a Empresa manejava ampla variedade de instrumentos, desde o financiamento não reembolsável ou com juros subsidiados até o crédito comum, chegando à participação acionária em empresas de alta densidade tecnológica. Neste caso, à época, estavam sete empresas, a saber: Tectronic S/A – Empresa Brasileira de Tecnologia Eletrônica, Sulfab – Companhia Sulfo Química da Bahia, Bioferm – Pesquisa e Desenvolvimento S/A, Digibrás – Empresa Digital Brasileira S/A, Microlab S/A, Cemag – Ceará Máquinas Agrícolas S/A e Propar – Promoções e Participações da Bahia S/A.

Em fevereiro de 1979, na Apresentação do Relatório de Atividades de 1978, o último que ele assinou como Presidente da FINEP, Pelúcio disse:

“Durante mais de onze anos, a FINEP veio acumulando apreciável experiência no trato de questões que abrangem desde o financiamento de pré-investimento, com que iniciou suas atividades, até responsabilidades maiores e mais complexas, assumidas com o apoio à pesquisa científica e tecnológica em Universidades, Institutos e Empresas Nacionais, tanto públicas quanto privadas. Ao término desse período consolidou-se a FINEP como autêntico Banco Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Desejo registrar o meu reconhecimento ao corpo de funcionários da Empresa e a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a obtenção desse resultado. Mesmo reconhecendo o muito que resta por ser feito, é inegável que o saldo positivo das realizações inovadoras da FINEP já lhe atribuiu lugar de destaque entre as Instituições voltadas para o desenvolvimento de nosso País e o bem-estar de sua população.”

